



# TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) estocável, acondicionado em sacos de 25 kg, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

Marau, 10 de abril de 2026.



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s):** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública será a coordenadora e única participante desta contratação.

**1.2. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações:** O objeto da presente contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de entrega emitida.

**1.3.** Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte do Município.

## 2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando futuras *aquisições de CBUQ estocável, acondicionado em sacos de 25kg*.

**2.2.** O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

Item	Cód.	Descrição do Produto/Serviço	Un.	Qtd.
1	001.011.012	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ESTOCÁVEL - sacos 25kg	SC	5000

**2.3. Da classificação/natureza do objeto:** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

**2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** O prazo de vigência da ata de registro de preços é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

**2.4.1.** A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

**2.4.1.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a



Administração.

**2.4.1.2.** Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**2.4.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

**2.4.3.** Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública possui, entre suas atribuições institucionais, a execução, conservação e manutenção da malha viária urbana e rural do Município de Marau/RS, garantindo condições adequadas de trafegabilidade, segurança e mobilidade à população. Tais competências decorrem dos deveres institucionais do Poder Público Municipal de zelar pela infraestrutura urbana, promovendo intervenções contínuas que assegurem a funcionalidade, a integridade e a segurança das vias públicas, em atendimento ao interesse coletivo.

A conservação do pavimento asfáltico exige ações permanentes e tempestivas, especialmente no que se refere à execução de pequenos reparos, tais como tapa-buracos, correções pontuais, recomposição de trechos danificados e intervenções de caráter urgente. Esses serviços são essenciais para conter o avanço de patologias no pavimento, como trincas, fissuras, afundamentos e desagregações superficiais, que, quando não tratadas de forma oportuna, tendem a se agravar progressivamente, elevando de maneira significativa os custos de recuperação, comprometendo a segurança dos usuários das vias e impactando negativamente a qualidade de vida da população.

A deterioração das vias públicas é impulsionada por um conjunto de fatores como variações climáticas, tráfego constante de veículos leves e pesados, intenções nas redes de infraestrutura subterrânea como redes de abastecimento de água, esgoto, drenagem e redes elétricas, bem como o desgaste natural decorrente do próprio ciclo de vida do pavimento. Tais fatures atuando de forma combinada, geram demandas rotineiras e distribuídas por toda a extensão da malha viária municipal, exigindo da Secretaria capacidade de respostas ágeis e eficientes.



Contudo, a Secretaria enfrenta o desafio de manter equipes e recursos permanentemente mobilizados para atender às ocorrências de forma eficiente e célere, situação que resulta não apenas no agravamento das patologias e no aumento dos custos de recuperação, mas também em riscos à segurança viária, danos a veículos e, até mesmo, possíveis responsabilizações ao Município por omissão na conservação e manutenção de sua infraestrutura pública.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) decorre da solução identificada pela Administração como a mais adequada para assegurar a continuidade e a eficiência nos serviços de manutenção da malha viária municipal, considerando aspectos técnicos, operacionais, logísticos e econômicos, garantindo aquisições céleres e alinhadas aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório para futuras *aquisições de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) estocável, acondicionado em sacos de 25 kg, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.*

A adoção do acondicionamento em unidades de 25kg representa prática comum de mercado, amplamente utilizada por diversos fornecedores, não configurando restrição à competitividade do Certame. Ademais, conforme apurado no Estudo Técnico Preliminar, esse formato demonstrou-se o mais econômico e vantajoso em função do porte e operacionalização das atividades realizadas no município.

Considerando a natureza do objeto, classificado como bem comum, bem como a existência de diversos fornecedores aptos no mercado, entende-se que a contratação deva ocorrer por meio de Pregão Eletrônico com critério de julgamento de menor preço por item, assegurando ampla competitividade, isonomia, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Levando em consideração experiências anteriores do Município, bem como, a natureza variável e imprevisível da demanda – diretamente relacionada às condições da malha viária e à necessidade de intervenções céleres e eficientes – conclui-se que a solução mais adequada é



a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021.

O Sistema de Registro de Preços permite à Administração realizar contratações de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva, evitando aquisições em excesso, reduzindo desperdícios e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Além disso, confere maior flexibilidade administrativa, possibilitando o atendimento célere das demandas rotineiras e emergenciais, sem a necessidade de instauração de novos processos licitatórios a cada demanda.

Outro fator que reforça a escolha, é que o fato de adoção do sistema de Registro de Preços evita a necessidade de licitar sempre que surgir a demanda pelos materiais aqui listados, demonstrando a obediência aos princípios da eficiência e economicidade, além da prerrogativa de possível renovação da ata de registro de preços.

Quanto ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, observar-se-á o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo fixado em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Ademais, por ocasião da prorrogação da vigência da Ata, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente previsto, desde que devidamente justificada e demonstrada a vantajosidade, devendo o ato de prorrogação indicar expressamente o quantitativo renovado, em conformidade com o art. 19, § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

A possibilidade de renovação dos quantitativos, quando vantajosa, assegura maior flexibilidade e continuidade no atendimento das demandas administrativas, evitando a necessidade de novos certames para o mesmo objeto em curto espaço de tempo, o que contribui para a redução de custos operacionais e maior eficiência na atuação da Administração Pública.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Da subcontratação**

**5.1.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5.2. Da garantia da contratação**



**5.2.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### **5.3. Dos critérios de sustentabilidade**

**5.3.1.** No presente caso, considerando que a contratação se destina à aquisição de CBUQ estocável acondicionado em unidades de 25 kg, não se identificam impactos ambientais relevantes diretamente associados à fase de aquisição.

Os impactos ambientais eventualmente relacionados concentram-se em etapas anteriores, como o processo produtivo do material, e posteriores, relativas à sua aplicação nas atividades de manutenção viária, não sendo objeto direto desta contratação.

Contudo, quanto aos resíduos, especialmente embalagens e recipientes utilizados em entregas e acondicionamentos dos materiais, deverá ser observado sua destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

Destaca-se, ainda, que a utilização de material com maior durabilidade e desempenho adequado contribui para a redução da frequência de intervenções, minimizando o consumo de insumos e os impactos ambientais associados às atividades de manutenção.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais diretos da presente contratação são mínimos, sendo adotadas medidas suficientes para garantir a conformidade com a legislação e o uso responsável dos recursos.

### **5.4. Especificação da garantia dos materiais**

**5.4.1.** A garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Das condições de execução**

**6.1.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.2.** Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da Ata, a Contratada deverá estar apta a receber ordens de entrega, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**6.1.3.** Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria Municipal solicitante.



**6.1.4.** O prazo estabelecido no item anterior. poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

**6.1.5.** Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o contratado fica obrigado a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **03 (três) dias consecutivos**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

**6.1.6.** No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

**6.1.7.** A Contratada deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

## **6.2. DOS MATERIAIS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.2.1.** Os materiais deverão ser entregues em estrita conformidade com este Termo de Referência e com o Edital, atendendo integralmente às especificações técnicas do objeto.

**6.2.2.** Os materiais serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, não havendo obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos quantitativos estimados.

**6.2.3.** As quantidades constantes em cada solicitação deverão ser entregues em remessa única, salvo autorização expressa da Administração.

**6.2.4.** A entrega deverá ocorrer no **Parque de Máquinas Municipal de Marau/RS**, localizado na **Rua Olívio Dall’asta, S/Nº, bairro São Cristóvão**, de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, quando serão conferidos por servidor designado quanto à conformidade com o Termo de Referência, Edital e Nota de Empenho.

**6.2.5.** O transporte, carga e descarga do material são de responsabilidade exclusiva da Contratada, devendo ser realizados os devidos cuidados, garantindo a integridade do material até sua efetiva entrega.

**6.2.6.** Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e armazenamento, devidamente acondicionado, não sendo admitido materiais com embalagens danificadas, vazamentos ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas.

**6.2.7.** Não serão aceitos materiais de marcas, modelos e/ou fabricantes diferentes daqueles constantes na proposta vencedora e Nota de Empenho.

**6.2.8.** Todos os custos referentes a entrega dos materiais são de responsabilidade da Contratada a qual também deverá descarregar e armazenar os materiais em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais



danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

**6.2.9.** Os valores propostos deverão ser considerados completos e suficientes para o fornecimento integral do objeto, sendo desconsiderada quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

**6.2.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**6.2.11.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, bem como a responsabilidade civil e penal por eventuais danos e indenizações de qualquer natureza, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, exonerando-se integralmente o Município.

**6.2.12.** O licitante deverá observar as normas de segurança do trabalho aplicáveis às atividades de transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo fornecimento e uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual — EPIs por seus empregados, quando necessários à execução dessas atividades.

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o disposto no Art. 6º, inciso XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**7.3.** A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1. Das orientações gerais da fiscalização**

**8.1.1.** O Contrato/Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

### **8.2. Dos responsáveis pela fiscalização**

**8.2.1.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

**Gestor do contrato:** Nelci Silvestri;





**Fiscal administrativo:** o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**Fiscal administrativo suplente:** o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**8.2.2.** O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

**8.2.3.** O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1.** O recebimento do objeto será realizado pelo Fiscal do Contrato, nos termos do artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

**a) Provisoriamente**, mediante verificação inicial, para efeito de conferência da conformidade dos materiais com as especificações constantes no Termo de Referência e Edital.

**b) Definitivamente**, o Fiscal, fará o recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento provisório e após a verificação da qualidade e características dos materiais entregues, e consequente aceitação.

**c)** na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

**9.2.** O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil da Contratada, por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

**10.2.** O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a entrega dos materiais, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

**10.3.** O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de



fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.4.** O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

**10.5.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**10.5.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**10.6.** Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

**10.7.** O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**10.8.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**10.9.** O pagamento ao licitante, pela entrega dos materiais, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**10.10.** O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária,



sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**10.11.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**10.12.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

**10.13.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**11.1.1.** O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### **11.2. Das exigências da habilitação**

**11.2.1.** Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

### **11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**11.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social



consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**11.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**11.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**11.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**11.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**11.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

#### **11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**11.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**11.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**11.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**11.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **11.5. Documentos relativos à habilitação técnica:**

**11.5.1.** Atestado de capacidade operacional da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

**11.5.2.** A Certidão ou Atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, por parte do Pregoeiro e da Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram.



#### **11.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**11.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**11.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### **11.7. Outros documentos de habilitação (declarações):**

**11.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**11.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**11.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**11.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**11.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

**11.8.1.** O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP), deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. deste Termo de Referência.

**11.8.1.1.** Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6 do Termo de Referência, será declarado **inabilitado**.

**11.8.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta



licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**11.8.3.** O licitante que se enquadra nos benefícios concedido pela 123/2006, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Processo Licitatório, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**11.8.3.1.** A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

**11.9.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.10.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

**11.11.** Todos os documentos integrantes da proposta, da habilitação e das demais declarações exigidas neste edital deverão ser apresentados com assinatura eletrônica do representante



legal ou procurador da licitante, em conformidade com a Lei Federal nº 14.063/2020.

**11.11.1.** As assinaturas eletrônicas deverão observar os padrões de segurança previstos na legislação vigente, sendo admitidas as seguintes modalidades:

**11.11.2.** Assinatura eletrônica avançada: aquela realizada por meio de plataforma eletrônica que permita a identificação inequívoca do signatário e assegure a vinculação da assinatura ao documento, desde que observados os níveis de confiabilidade exigidos pela legislação aplicável;

**11.11.3.** Assinatura eletrônica qualificada: aquela realizada mediante uso de certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**11.11.4.** Não será admitida a apresentação de documentos meramente digitalizados (escaneados) contendo assinaturas manuscritas, sem a correspondente certificação eletrônica apta a comprovar a autoria, a integridade e, quando exigível, a autenticidade do documento.

**11.11.5.** A validade e a autenticidade das assinaturas eletrônicas poderão ser verificadas pela Administração por meio de ferramentas oficiais de conferência, sistemas próprios de validação ou mecanismos disponibilizados pela plataforma utilizada para aposição da assinatura.

**11.11.6.** Compete exclusivamente à licitante assegurar que os documentos encaminhados possibilitem a verificação da validade das assinaturas eletrônicas, bem como a preservação dos elementos de autenticidade e integridade do arquivo eletrônico.

**11.12.** Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.

**11.13.** Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.14.** Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.



### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br) ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 10 de abril de 2026.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública.

---

Rodolfo Bebber  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.